



## Grupo Autárquico Bloco Esquerda da Freguesia de Oliveira do Douro

### Declaração de voto reativa ao Plano de atividades e Orçamento Assembleia de freguesia de 29 de dezembro de 2026

**Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia  
(na sua pessoa, os restantes membros da mesa)**

**Exmo. Sr. Presidente do executivo  
(na sua pessoa o restantes membro do executivo)**

**Exmos. Srs. Representantes Partidários eleitos**

**Srs. Representantes de Instituições e escolas aqui representadas.**

**Estimados funcionários desta nobre casa**

**Digníssimo público**

O Bloco de Esquerda, na pessoa do seu representante vem apresentar a esta Assembleia a declaração de voto que a seguir se descreve:

O Orçamento e o Plano de Atividades são os documentos mais relevantes na relação entre a autarquia e os seus eleitores.

O Plano define a visão política do executivo e o Orçamento deve traduzir essa visão em prioridades claras, com o enquadramento legal, financeiro e institucional.

No entanto, o que encontramos nestes documentos é um conjunto alargado de intenções, muitas delas em áreas onde a Junta de Freguesia não é a entidade decisora, e como tal, não têm correspondência clara no Orçamento para 2026 nem no Orçamento Plurianual.

Esta incoerência limita seriamente a capacidade de execução das políticas anunciadas.

É sobretudo na resposta às urgências sociais que este Plano falha.

Desde logo no acesso à habitação, hoje um dos maiores problemas da freguesia.

As propostas apresentadas são vagas e socialmente problemáticas. (pese embora as boas intenções das mesmas)

A opção por habitação a custos acessíveis limitada ao arrendamento jovem exclui injustificadamente muitos agregados que também vivem graves dificuldades, como famílias monoparentais, trabalhadores precários, pessoas divorciadas ou idosos com baixos rendimentos.

A crise da habitação não é um problema geracional, é um problema social.

Mais grave ainda é a referência à habitação a custos controlados para a chamada classe média, sem definição clara do conceito (de classe média), sem critérios de acesso, sem opção explícita pelo arrendamento e sem garantias de controlo público.

Esta abordagem desvirtua a função social da habitação pública, que deverá garantir o direito à habitação a quem não consegue aceder ao mercado, sobretudo num contexto de crise habitacional.

Também se nota a ausência de políticas estruturadas para outras necessidades sociais fundamentais, nomeadamente a criação de uma rede pública de creches, que responda às dificuldades das famílias, e de lares públicos para idosos, numa freguesia onde o envelhecimento da população é uma realidade.

Na freguesia temos duas creches de cariz privado. Não temos nada contra a existência de creches no sector privado, porém entendemos ser de implementar ou influenciar a criação de creches públicas, justificadas pela escassez da oferta numa freguesia que ultrapassou as duas dezenas de milhar de habitantes.

Repetem-se ainda formulações vagas e intervenções fora da competência direta da Junta de Freguesia, como a anunciada reabilitação da Ponte Maria Pia com ligação pedonal e ciclável, uma intervenção com a qual concordamos, mas que depende de decisões e investimentos de outras entidades e aqui surge sem qualquer protocolo, compromisso formal ou estimativa de custos.

Consideramos uma medida positiva e apoiamos a sua execução, da medida que visa a Atribuição de bolsas de estudo a jovens, em parceria com a Câmara Municipal de Gaia, porém é-nos apresentada em abstrato, sem que no documento seja esclarecido:

- os critérios para a atribuição
- o número de bolsas a atribuir
- quais os valores
- Qual será a intervenção da junta neste processo

Também na área social e educativa, verificamos enunciadas várias medidas, sem mecanismos claros de implementação ou avaliação.

Centro de Estudo, Formação e Coworking Municipal – insuficiente, por não se prever um espaço de biblioteca ou sala de estudo pública, acessível a estudantes que mesmo não necessitando de coworking, sejam carecidos de condições básicas para estudar e com horários mais alargados.

A proposta de um transporte “vaivém” na EN222 com ligação ao Metro, também nos parece pouco esclarecedora, sendo pertinente conhecermos:

- Trata-se de uma solução temporária?
- É uma antecipação do alargamento do Metrobus ou duplicação deste?
- Existe articulação com o Município e a AMP?

A Melhoria da divulgação das Assembleias de Freguesia – o documento não assume claramente a transmissão pública das sessões, um instrumento simples e eficaz para reforçar a participação democrática e a transparência de e para os Oliveirenses

Relativo à preocupante rede de transportes UNIR; volvidos dois meses da tomada de posse dos órgãos autárquicos, gostaríamos de conhecer as deliberações da estão anunciadas reunião da câmara com aquela empresa

Saudamos a parceria com as farmácias, podendo garantir (entre outros) um maior apoio aos oliveirenses de Quebrantões, porém não substituí a necessária enfermeira, para tratamento primário daquela população, na sua maioria idosos.

Por estas razões, apesar de reconhecer medidas positivas pontuais e até a grande disponibilidade deste executivo para a convergência de decisões, o Bloco de Esquerda entende que estes documentos não respondem às prioridades da população e votará pela abstenção os Documentos Previsionais para 2026.